

---

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de capítulos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.

---



Petrônio Domingues, Andrey Roosevelt Chagas Lemos e Sharyse Piroupo do Amaral (Aracaju, 2007) | Foto: Milena Nink / [PMA](#)

## **Trajetórias da Autonomia – Resenha *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860–1900)*, de Sharyse Piroupo do Amaral**

**Victória Karoline Santos (UFS)**

**Resumo:** *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860–1900)*, de Sharyse Piroupo do Amaral, investiga estratégias de resistência de escravizados e libertos em Sergipe. A ausência de algumas fontes limita a análise, mas a obra combina sensibilidade narrativa e rigor metodológico com sólida articulação teórica.

**Palavras-chave:** escravidão; liberdade; resistência negra; Sergipe; abolição; pós-abolição.

O livro *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860–1900)*, de Sharyse Piroupo do Amaral, publicado pela EDUFBA e Editora Diário Oficial, é resultado de sua tese de doutorado em História Social, defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2007. A obra, de natureza analítica, volta-se à compreensão das estratégias de resistência, negociação e conquista da liberdade por parte de escravizados e libertos na região açucareira da Cotinguiba, em Sergipe, nas últimas décadas do século XIX. Com prefácio de Walter Fraga Filho, o livro é apresentado como um marco interpretativo da experiência escrava e pós-escravista sergipana, ao articular dimensões econômicas, jurídicas e culturais da liberdade. O prefaciador atribui-lhe o mérito de aliar rigor metodológico e escrita sensível, ressaltando o “talento e o esforço” (p. 13) da autora em construir um texto que combina densidade documental e fluência narrativa.



A pesquisa de Amaral insere-se em um contexto historiográfico consolidado pelos estudos da escravidão brasileira das últimas quatro décadas, dialogando criticamente com eles. A autora, graduada e mestre em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e doutora pela UFBA, atua como professora na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e é vinculada aos grupos de pesquisa Cultura, Poder e Memória (UNEB) e Escravidão e Invenção da Liberdade (UFBA). Seu percurso acadêmico reflete a combinação de experiência regional e interlocução com debates nacionais e internacionais. Na obra, o problema de pesquisa — a compreensão das formas de atuação e resistência dos cativos e libertos sergipanos — situa-se no interior da historiografia da escravidão e do pós-abolição, que desde os anos 1980 busca restituir agência aos sujeitos negros. Na revisão bibliográfica, dialoga com autores como João José Reis, Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado, Silvia Lara, Hebe Mattos e Flávio Gomes. Seu aporte teórico fundamenta-se, ainda, na influência de Edward Thompson, sobretudo na noção de experiência e na leitura do campo jurídico como espaço de conflito e negociação.

O primeiro capítulo introduz o leitor à história da escravidão e do açúcar na província de Sergipe. Amaral descreve a formação histórica de Sergipe d’El Rey e a constituição da região açucareira da Cotinguiba, destacando como o cultivo da cana, impulsionado no final do século XVIII, estruturou uma sociedade fortemente dependente do trabalho escravo. A autora reconstrói o ambiente físico e social — rios navegáveis, solos de massapê e engenhos de açúcar — demonstrando que a expansão açucareira sergipana, embora tardia em relação a Pernambuco e à Bahia, assumiu papel central na economia regional. O capítulo combina análise econômica e leitura social: a formação dos engenhos, a fragmentação da propriedade e a precariedade tecnológica indicam o entrelaçamento entre dependência e desigualdade. Amaral comenta como a Cotinguiba se tornou palco de contradições entre prosperidade aparente e vulnerabilidade estrutural, preparando o terreno para as tensões do período abolicionista.

O segundo capítulo examina as fugas e os significados da mobilidade entre os cativos. A autora inicia com um verso popular que sintetiza a experiência do fugitivo: “Tatu no mato / Com seu gibão / Um pé calçado, / Outro no chão” (p. 89). Em seguida, distingue quem fugia, por que e como fugia, recorrendo a anúncios de jornais, relatórios policiais e processos judiciais. A fuga aparece não apenas como negação do cativo, mas como experiência de autonomia e redes de sociabilidade. Amaral demonstra que muitos fugitivos eram homens jovens, africanos ou crioulos, que conheciam a geografia local e contavam com apoio de libertos, agregados e

pequenos proprietários. Ao contrário da imagem da fuga isolada, a autora enxerga circuitos de acolhimento e apadrinhamento. O retorno voluntário ou mediado por padrinhos, bem como a procura pela polícia para negociar condições de liberdade, revela estratégias complexas de resistência. Assim, o capítulo delinea a dinâmica entre repressão senhorial e ação autônoma, concluindo que essas atitudes indicavam que os escravos tinham percepção das transformações sociais e do avanço de um direito público que desafiava a dominação senhorial.

No terceiro capítulo, utilizando a noção de “campo negro”, desenvolvida por Flávio Gomes, ela demonstra como os quilombos sergipanos se articularam a populações livres e libertas da região, formando uma rede que conectava o trabalho forçado, a fuga e o refúgio. O “Campo Negro da Cotinguiba” é interpretado como espaço de sociabilidade, comércio e trocas simbólicas, em que quilombolas mantinham vínculos com familiares e aliados nos engenhos. Ao analisar documentos judiciais e relatórios provinciais, Amaral mostra que os quilombos representavam espaços de resistência e parte de uma constante social entre escravidão e liberdade. A repressão, as expedições militares e os discursos de criminalização contrastam com as práticas cotidianas de solidariedade e autonomia.

No quarto capítulo, Amaral analisa as tentativas legais dos escravos para a obtenção da liberdade, investigando as transformações provocadas pela Lei do Ventre Livre (1871) e pela Lei dos Sexagenários (1885), examinando as ações de liberdade e o Fundo de Emancipação. A autora afirma que judiciário se tornou uma arena de disputa entre senhores e escravos e como os próprios cativos, por meio de curadores e abolicionistas, aprenderam a instrumentalizar a linguagem legal. O exame detalhado das ações judiciais revela a crescente deslegitimação da escravidão e a redefinição das relações de poder. O capítulo também aborda a dimensão afetiva da liberdade, mostrando que a luta jurídica estava entrelaçada à defesa da família e da dignidade. A “ideologia da alforria” é discutida como uma construção social ambígua: enquanto há uma promessa de redenção, perpetuavam-se hierarquias raciais e dependências.

No último capítulo, a autora acompanha o destino dos libertos após a Abolição. Ela se propõe a analisar a trajetória da população liberta na Cotinguiba, buscando entender como e do que viviam esses indivíduos e qual foi o seu papel nas décadas que culminaram no fim da escravidão no Brasil. A partir de inventários, testamentos e depoimentos orais, analisa como os egressos da escravidão redefiniram seu lugar na sociedade. Temas como ócio, trabalho e a pobreza são articulados à construção de novas identidades. O caso da comunidade negra de Laranjeiras é exemplar, pois ali os libertos criaram redes religiosas e econômicas que garantiram continuidade cultural e senso de pertencimento, o que era fundamental para aqueles que haviam gastado suas economias na compra da alforria. Amaral destaca o papel das tradições nagôs e malês, as relações com o catolicismo popular e as formas de religiosidade sincrética, como no caso de Gertrudes, que desejava rituais católicos e uma solenidade específica de seus “patrícios” após a morte. Esse quinto capítulo funciona como uma síntese, mostrando que a liberdade representava emancipação legal, mas também englobava a reconstrução de vínculos familiares e espirituais.

O epílogo encerra o livro com uma reflexão sobre memória e experiência. Amaral retoma depoimentos e documentos de ex-senhores e libertos para mostrar como a Abolição foi vivida como ruptura simbólica e como reconfiguração de hierarquias. A autora observa que, em Sergipe, o 13 de maio foi lembrado como “alvorço”, mistura de festa e temor. A narrativa da ex-senhora (Dona Sinhá), que descreve a celebração dos escravos, liberta o texto do tom épico

e restitui a ambiguidade do momento histórico: entre a alegria da emancipação e a persistência das desigualdades.

Sobre pontos problemáticos da obra, a própria autora e o prefaciador mencionam algumas limitações ou desafios, próprios da pesquisa histórica sobre o tema e a região, impostos principalmente pela natureza das fontes. A autora reconhece que a complexa e confusa política sergipana do século XIX carece de estudos profundos. Além disso, Amaral menciona que não foi possível encontrar as listas policiais de apreensão de escravos fugitivos, o que a levou a basear a análise do perfil dos fugitivos em uma amostra menor, tirada de anúncios de jornais, limitando, assim, em certa medida, a compreensão da inserção sergipana em um contexto mais amplo.

Embora a obra mencione as mulheres escravizadas e libertas em diversos episódios (p. 52), não há um desenvolvimento sistemático sobre como a questão de gênero estruturou experiências de liberdade, redes de fuga, vulnerabilidades específicas ou estratégias jurídicas – perspectiva que poderia ampliar a complexidade das análises, sobretudo em ações de tutela, maternidade e violência. Ainda vale ressaltar que, apesar da existência de um capítulo abordando a autonomia cultural – tradições religiosas nagôs, malês e sincréticas (p. 321) –, nota-se uma lacuna sobre as tensões religiosas vividas no período, como conflitos entre religiosidade afro-brasileira e moral católica da época, a repressão policial às práticas rituais ou disputas dentro das irmandades – elemento que, decerto, melhoraria a compreensão sobre essa autonomia cultural.

Um dos limites mais significativos da obra, perceptível à luz da historiografia mais recente, é a subexploração dos mecanismos cotidianos de violência disciplinar que estruturaram a vida nos engenhos do Cotinguiba (p. 162). Apesar de a autora discorrer sobre as fugas, as repressões formais, as expedições contra quilombos e os conflitos jurídicos, a obra explora pouco as práticas constantes, reiteradas e silenciosas de coerção que configuravam esse ambiente escravista. Essa carência de aprofundamento deixa parcialmente encoberta como a dimensão da microfísica do poder senhorial funcionava nas relações cotidianas e interpessoais.

Porém, tais limitações não comprometem a consistência do argumento central e nem a relevância do estudo para o contexto analisado – considerando, ainda, que as escolhas teórico-metodológicas da autora talvez não contemplassem as questões aqui discriminadas. Além disso, os achados são em muito superiores às lacunas. Um dos aspectos mais fortes é a integração bem-sucedida entre uma micro-história e estrutura social: destaca-se a mobilização de casos concretos como fugas, quilombos, disputas judiciais, reorganização das famílias, aliando-os a transformações econômicas e políticas da província sergipana: “É provável que os castigos fossem decorrentes da não aceitação por Luiz das regras do cativo, visto que era “muito ladino, alegre e contador de histórias”, além de gostar de batuques (p. 94). Outro mérito reside no uso sensível e metodologicamente seguro das fontes orais, descritos, por exemplo, no Inventário de Bibiana e João Antônio de Moraes (p. 302). Esse procedimento amplia a compreensão sobre memória, comunidade e uma continuidade cultural no pós-abolição, especialmente no caso de Laranjeiras. Destaca-se também a estruturação narrativa clara e organizada que articula erudição e sensibilidade: cada capítulo desenvolve um problema analítico distinto, mas sem perder a coesão, o que demonstra domínio da composição e da narrativa argumentativa, como é possível ver na transição do tópico que destaca a comunidade negra de Laranjeiras para o seguinte - que trata da religiosidade sincrética.

Esses elementos reforçam o lugar da obra como contributo significativo aos estudos sobre liberdade, justiça e experiência negra no século XIX. Assim, podemos afirmar que *Um pé calçado, outro no chão* cumpre amplamente os objetivos anunciados: compreender o comportamento dos escravos e libertos sergipanos nas últimas décadas da escravidão e os sentidos políticos de suas ações. A obra é recomendável a historiadores, professores e estudantes interessados em história social, história regional e estudos afro-brasileiros. O livro permanece atual por revelar que a liberdade, como ensinava Cecília Meireles, é palavra “que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda!” (p. 7).

---

## Referências

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860–1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. 358 p.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870–1910)*. Campinas: Unicamp, 2006.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

---

## Sumário de *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860–1900)*

Prefácio | Walter Fraga Filho

Introdução

1. A doce Cotinguiba
2. Intitulando-se forros: escravos em fuga
3. Pelos matos: movimento quilombola
4. Liberdade conquistada: a casa e a Justiça
5. Senhores das próprias vidas: da liberdade e da autonomia

Epílogo

Referências

Apêndices A - Fontes manuscritas

Apêndices B - Fontes impressas

---

## Resenhista



Victória Karoline Santos Domingos é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Arquiteta e Urbanista do Projetar Sergipe (PROJETAR.SE), programa veiculado pelo Governo do Estado de Sergipe. ID Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7999496618612911>; ID ORCID:

<https://orcid.org/0009-0004-4821-6182>; e-mail:

[victoriadomingos.arqurb@gmail.com](mailto:victoriadomingos.arqurb@gmail.com).

---

## Para citar esta resenha

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860–1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. 358 p.  
Resenha de: DOMINGOS, Victória Karoline Santos. Trajetórias da Autonomia. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 27, p. 34-39, jan./fev., 2026.

---

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).